

A Subversão da “Mulher” no Feminismo

Uma análise crítica sobre a luta feminista presentificada em redes digitais*

Jéssica Oliveira Pereira**

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente quais noções de gênero que operam em páginas feministas no *Facebook*, a saber, as *fan pages*. São analisadas postagens que se contrapõem ao acolhimento de pessoas trans no feminismo, em contraponto a outras que têm uma abordagem oposta. Os resultados apontam para um entrave que persiste na teoria feminista no que diz respeito à “mulher”, justamente pelo caráter substancial do termo, que ainda não se tange por uma ideia de um “feminino” mais abrangente. Conclui-se, portanto, que a própria noção de “mulher” deve ser subvertida para que a teoria se desenvolva de forma mais fecunda, não apenas no que diz respeito aos engajamentos operacionais da representação, mas também a uma mudança mais profunda da linguagem, de caráter normativo e emancipatório.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo radical; Feminismo interseccional; Transfeminismo; Mulher.

Abstract

This work aims to critically analyze notions of gender that operate on feminist fan pages on Facebook. Posts with contrasting positions are analyzed: the opposition between transgender people’s acceptance in feminism and others that have a contrary approach. The results indicate an obstacle that persists in feminist theory regarding “women”, precisely, because of the substantial character of the term, which does not yet consider a broader idea of “feminine”. The paper concludes, therefore, that the very notion of “woman” must be subverted so the theory develops in a more fecund way, not only regarding the operational engagements of representation, but also a deeper change of language, of normative and emancipatory character.

Key-words: Gender; Radical feminism; Intersectional Feminism; Transfeminism; Woman.

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação & Política do XIII Poscom PUC-Rio, novembro de 2016.

** Jéssica Oliveira Pereira é mestranda em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e bolsista CAPES. Estuda manifestações do corpo por movimentos feministas em redes digitais. E-mail: jessicaoliveirapjw@gmail.com.

1. Os feminismos em rede

“A revolução será feminista ou não será.” Assim se apresenta uma página (*fan page*) no *Facebook* intitulada “Feministas Revolucionárias” – uma das mais de 80 já encontradas com a temática feminista na rede digital. Com mais de 630 mil “curtidas”¹, a publicação representa o alcance das práticas feministas em redes digitais. Suas publicações são compartilhadas também em quantidade abrangente (apesar dos esforços de *softwares* diversos para contabilizar *posts* e compartilhamentos, os números sempre são mais amplos do que parecem ser, pois a rede possibilita inúmeras formas de distribuição de conteúdo que fogem a um controle imediato.)

“Não me Kahlo”, “Ventre Feminista”, “Blogueiras Feministas”, são outras dessas páginas com maior destaque que não estão no *Facebook* à toa – não seria uma retomada do debate feminista, pois estes se mantiveram em variados formatos em diferentes momentos históricos após sua inauguração a partir do século XVII, mas sim uma intensificação desse debate, ancorada nas peculiaridades e facilidades que a internet dispõe a favor do movimento e de qualquer conversação com propensão a ser em rede. Com a interatividade concebida no contexto da internet, o digital se insere na esfera da realidade e assim, como componente e estruturador de um espaço público que não mais dialoga apenas com culturas do espaço territorial, mas que dialoga de forma decisiva com uma cultura que se dá em um ciberespaço – a cibercultura (LE MOS, 2013).

Assim, vale destacar como a rede digital *Facebook* tem sido cada vez mais destacada no processo comunicacional. É de uso massivo², permite um diálogo constante, além da superação dos limites físicos para a troca de saberes – o que aumenta a influência dos discursos feministas na sociedade (pelo menos aquela parcela com acesso à internet – apesar de que o discurso instalado ali pode reverberar além), e que também possibilita e legitima um imaginário coletivo construído a olho nú sobre as temáticas dos feminismos, suas interpretações e ações decorrentes do movimento. A presença do engajamento feminista dentro do *Facebook* seria, então, uma estratégia dentro dessa ordem comunicacional. E mais, o grande banco de informação que se forma na internet além de mera produção acumulativa é também a formação de processos criativos e compartilhamento de imaginários que propiciam ou o reforço de consensos ou a

criação de outros. Com isso, cresce nosso interesse em saber de que forma esses consensos ou dissensos são expostos ali, nesse corpus vivo e imbricado no cotidiano.

Nessa rede digital há um discurso combativo e de cunho libertário - em medidas diferentes - que nos guia a reflexões sobre as manifestações feministas. A facilidade ao acesso a esses conteúdos faz com que nos aproximemos de temáticas que permeiam os diversos feminismos. Além disso, é possível analisar como eles divergem e quais problemáticas em relação ao gênero são perceptíveis nesses conteúdos. Quais corpos seriam emblemáticos? De qual feminismo se fala? E ainda mais, o corpo feminino representado seria inserido no contexto de apenas um gênero ou poderia já ser contextualizado num movimento pós-identitário? Simone de Beauvoir (2009) e Judith Butler (2015) trazem estudos instigantes sobre gênero, em épocas diferentes, e sobre – o que nos interessa mais aqui – qual construção fundamenta o ser “mulher”. Guiadas por um pensamento crítico, falam no se “tornar” mulher; e que mulher seria um “produto intermediário entre o macho e o castrado, que se qualifica de feminino” (BEAUVOIR, 1980; p.2). Não obstante, Butler argumenta que o gênero é construído pela linguagem, logo que “não há relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero” (SALIH, 2015; p. 67). Com abordagens diferenciadas, as duas autoras tornam-se similares quando chocam as estruturas de pensamento e descaracterizam a função substancial do sexo quando afirmam: o natural é uma ficção.

2. O problema do sujeito e a subversão da identidade

A linguagem e o discurso aparecem como muito mais determinantes de uma categorização do gênero do que a biologia. Assumir que a constituição de um ser “mulher” perpassa rituais culturais que perpetuam um gênero por repetição é enriquecer uma análise crítica que não se enclausura em reducionismos, mas que assimila que a univocidade na interpretação do termo “mulher” tem apresentado entraves para a teoria feminista. É por isso que logo no começo de sua obra “Problemas de Gênero” (2015), Butler problematiza a identidade definida do sujeito do feminismo – esta entendida como aquela que compreende a categoria “mulheres”.

Para a autora, ainda que se coloque o substantivo no plural, não se consegue abranger todas as intersecções políticas e culturais que também são produzidas e mantidas dentro da noção de gênero. Por se simplificar a noção de “mulheres”, como sujeito do movimento feminista, tem-se uma armadilha: estas que se colocam como enunciadoras do feminismo são reprimidas pelas

mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. Ou seja, a categoria “mulher” é regulada ela mesma pelos sistemas jurídicos de poder, em sua formação, definição e reprodução, de acordo com a orientação discursiva dessas instâncias.

Quando no *Facebook*, uma das páginas diz que a revolução só será se for feminista, surge o questionamento: será que esse feminismo a que se referem promove uma auto-crítica persistente, de forma que se questione esse sujeito por trás da teoria? Sabe-se, de acordo com as argumentações de Butler, que a busca de uma representação pode ser tanto operacional como normativa. A preocupação da autora, no entanto, é que a problematização da representação não alcance o discurso, ou seja, de que se opere a representação em busca de visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos, mas não se alcance uma crítica à linguagem, lugar onde se revela e se distorce o que é tido como verdadeiro sobre ser “mulher”. Neste aspecto, sua crítica alcança a própria política da representação, pois esta regula a vida política de certa forma negativa: limitando, proibindo, regulamentando e controlando as representações de acordo com seus interesses, sob o pretexto de “proteger” os indivíduos. No âmbito do gênero, esses sujeitos seriam produzidos com “traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação” (BUTLER, 2015; p. 21), ou seja, presumivelmente masculinos.

O problema não se encerra aí. Considerar um sujeito estável e permanente nos discursos feministas é também presumir “a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal masculina” (ibidem; p. 21). Ou seja, um feminismo que considera a unidade de um sujeito não só é ineficaz ao não acolher outros sujeitos que não este estável e substancial, mas também se perde nas suas problematizações e na identificação de quem (ou o quê) exerce as opressões de gênero. Um apontamento pertinente de Butler é que aplicar uma base universal, inclusive para o patriarcado, é uma forma de colonizar uma cultura distinta da qual se fala. O esforço de identificar um inimigo singular pode resultar em outras relações de subordinação, sejam elas heterossexistas, raciais e/ou de classe, etc. Sendo assim, seu objetivo crítico é formular, no interior de uma estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

Essas regulações estruturais invocam e fazem invocar o que a autora chama de ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. Esta distinção entre sexo e gênero é fortemente criticada por Butler. Enquanto na concepção jurídica o gênero é concebido como a inscrição cultural de

significado num sexo previamente dado, a própria constituição discursiva do sexo é problematizada também por outras autoras expoentes do feminismo, a exemplo da própria Simone de Beauvoir, a qual defende que, na verdade, o corpo é uma situação e não uma facticidade anatômica pré-discursiva (2009; p. 76). O tornar-se mulher se sucede, então, sob uma compulsão cultural, sob uma experiência discursivamente condicionada e legitimada por estruturas de poder baseadas em estruturas binárias e que quando alcançam seus limites se tornam indiscerníveis.

“Homem” e “mulher” seriam, portanto, o que Judith Butler chama de “gêneros inteligíveis”: aqueles que são assimilados, que são de acordo com as regras socioculturais, que fazem sentido pela repetição dos discursos que os definem. Estes são sujeitos embasados por uma metafísica da substância, presumidos como pessoas substantivas com um atributo individual que os tornam essencialmente algo, que se manifestam em uma matriz cultural na qual certos tipos de “identidade” não possam existir (aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não decorrem nem do “sexo e nem do “gênero”). No posicionamento feminista dessa noção humanista, o gênero seria como um atributo da pessoa, marcado como uma substância, um núcleo. Em contrapartida, uma posição feminista de relação teria um movimento diferenciado no qual o gênero se refere sempre às relações construídas em que é determinado, um fenômeno inconstante e contextual, um ponto relativo de convergência entre relações cultural e historicamente convergentes. Não à toa Beauvoir declara que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora (2015; p. 35).

3. Os feminismos interseccionais

Nas redes digitais tem-se espaço para as segmentações do movimento, os feminismos interseccionais, estendendo as reivindicações de gênero a outras questões, como de raça^{IV} (“Blogueiras Negras”, “A Mulher negra e o Feminismo”), de classe (“Nós, mulheres da periferia”) e de outras próprias questões de gênero que não se aplicam ao sujeito-substância criticado pelas autoras, como é o caso das pessoas trans, um dos sujeitos adjacentes que muito tem causado controvérsias dentro do movimento (“Transfeminismo”). Há, inclusive, uma página específica para as intersecções, que se apresenta com um manifesto, o qual ilustra o esforço de

alguns segmentos do feminismo a identificar as especificidades presentes na luta, como pode ser observado a seguir:

MANIFESTO INTERSECCIONAL

(...) O conceito pode parecer difícil, mas é mais simples do que parece. Com a interseccionalidade, consideramos todas as formas de opressão individualmente, analisamos sua interação e trabalhamos para que elas deixem de existir.

Para isso, juntamos uma equipe que conta com as mais variadas características, entre pessoas trans, negras, indígenas, gordas, das mais diversas sexualidades e formas de vida, para trazer informação além de sua vivência e colaborar para a construção de uma vertente ainda tão nova. (Disponível em:

<https://www.facebook.com/feminismointersec/posts/474629872739194> Acesso em: 25/05/2016).

Iniciativas como essa podem significar uma forma de resistência à ideia de unidade, uma norma inclusiva de solidariedade no âmbito da identidade. A partir daí, pode-se ter uma noção mais abrangente, de que as identidades podem ganhar vida e se dissolver, dependendo das práticas concretas que as constituam. Logo, é possível identificar um caminho de relativização da categoria “mulheres” – um caminho que entenda que a construção da feminilidade é também resultado de práticas discursivas cujas formas e regras compõem o inconsciente de saber de uma época, como sugerem os estudos foucaultianos. É no sentido de que “O feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional” (MIGUEL, BIROLI, 2014; p. 102), que se teria uma teoria feminista mais fortalecida e fecunda - esta não fundamentada em uma percepção hermética da biologia ou em uma assimilação da identidade como unívoca e substancial, mas sim de um ponto de vista crítico e analítico sobre as manifestações e as formas de presença do ser “mulher”.

É por isso que a noção de Judith Butler (2015), de que o gênero não é performado pelos indivíduos, mas de que, na verdade, o mundo, os outros, as instituições performam o corpo, são bastante pertinentes para a trajetória de uma pesquisa que visa problematizar um movimento social, político e filosófico que se relaciona inerentemente à questão do gênero. Imergir nessas problematizações, a fim de se ter maior clareza do discurso e do que se pretende pelas várias facetas do movimento pode representar um maior esclarecimento sobre o momento social ao qual passamos, além de poder contribuir para o próprio feminismo e seus discursos envolvidos.

Para Butler, então, seria necessário ao feminismo que se subvertesse a identidade da mulher. Ou seja, para que haja a liberdade da mulher, teria que se considerar a pluralidade de identidades

e não pensar mais em uma matriz cultural que se baseia apenas em um código binário macho x fêmea.

A historiadora brasileira Margareth Rago, influenciada pelos estudos de Foucault, compartilha da visão, a seu modo, e explora o fato de que a luta feminista não deve se bastar apenas no ponto de vista materialista, mas também no plano do simbólico, analisando os dispositivos sociais e da sexualidade para pensar a produção dos corpos e das identidades naturalizadas no mundo masculino.

Lutar contra a violência que sofrem as mulheres significa, a meu ver, não apenas enfrentar situações palpáveis como o estupro, a violência doméstica, a inferiorização, a humilhação e a exclusão física das mulheres, mas enfrentá-las também no plano simbólico e do imaginário social, transformando as formas misóginas e sexistas de pensar que hierarquizam o mundo e produzem regimes de verdade autoritários e excludentes. (Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>. Acesso em: 30/03/2016)

É nesse sentido que surge o termo *queer*, proposto por Butler como saída dos enquadramentos binários do gênero e que considera um sujeito que é performativo, logo que indaga o feminino como “uma entidade estável e evidente” (SALIH, 2015; p. 18). É um questionamento da forma como pensamos o sexo, a sexualidade, o gênero, e ainda, a linguagem. Daí tem-se identidades pós-tradicionais que “são construídas dentro desses fluxos semióticos em que o gênero é deslocado do sexo, por exemplo (PRADO, 2006; p. 24)

É na leva do pensamento pós-estruturalista que a obra de Michel Foucault é utilizada. De fato, muito o autor tem a contribuir para a teoria feminista. A análise do processo de disciplinarização do corpo; a maneira como ele é controlado por um biopoder, resultante em uma biopolítica; além dos modos de poder exercidos desde uma microesfera até as grandes instituições, e as problematizações acerca da sexualidade, são temáticas que Foucault aborda e que, junto com as outras autoras, nos ajudam a compreender e a problematizar de que maneira podemos verificar nos corpos retratados nas páginas do *Facebook* “a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2014; p. 82). Este corpo, que é retratado na rede digital e é atravessado por discursos (estes não existentes sem a aplicação de um poder) é também fruto de algo que é externo a ele, que o controla simbólica e fisicamente.

Quando estes corpos são encarados na perspectiva da identidade, busca-se “coerência” e “continuidade” que não se aplicam à diversidade e multiplicidade dos gêneros – esta categoria dúbia que jamais é exibida plenamente em qualquer conjuntura considerada, como sustenta

Butler. Ao encarar os corpos dessa maneira, não só se torna frustrada a tentativa de alcançar soluções no plano político como também se enfraquece os laços com aqueles que fogem às normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. A própria noção de “pessoa” seria questionada ao se ter seres “incoerentes” e “descontínuos”. Seriam os gêneros ininteligíveis – estes com função essencialmente transformadora ao disseminar matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero ao desafiar a matriz de inteligibilidade, mas que representariam uma incoerência e até ameaça àquelas vertentes feministas que ainda são condicionadas pela regulação binária da sexualidade.

No Brasil, as feministas têm ampliado seus lugares de fala, tornando-se presentes, inclusive nas esferas tradicionais do poder político. A feminista negra Djamilia Ribeiro, por exemplo, foi secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo em 2016; já o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem abarcado a luta pelas mulheres em suas propostas políticas. Alguns exemplos: Sâmia Bomfim, feminista militante do partido, se elegeu vereadora também de São Paulo. Luiza Erundina, figura importante e simbólica ao constantemente desafiar a misoginia e machismo presentes no Congresso Brasileiro^{III} disputou a prefeitura paulista em 2016. Luciana Genro, ex-candidata à Presidência da República, constantemente sai às ruas e inclui as temáticas feministas nos seus discursos. Ainda, o deputado federal assumidamente homossexual, Jean Wyllys, com seu projeto de lei Gabriela Leite, provoca polêmica nos diferentes feminismos ao propor a regulamentação da atividade das profissionais do sexo.

Desconsiderando as artimanhas e jogos de interesse político, a conjuntura mostra que os feminismos estão cada vez mais imbrincados nas estruturas do poder. Há, como explica Miguel e Biroli, “uma aceitação das estruturas políticas vigentes e a redução da aposta utópica em formas radicalmente novas de ação coletiva (2014; p. 95). Descartando o pessimismo, mas abraçando a criticidade necessária para o fazer feminista, essas políticas e formas de enunciação podem ser positivas, mas apenas se reconhecerem suas contradições e agirem perante elas. A incompletude do sujeito “mulher” e de sua definição poderá vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva, não limitando as possibilidades de gênero, mas pluralizando e enriquecendo as propostas feministas.

4. Reflexões sobre o entrave da metafísica da substância nos feminismos

Basta entrar em contato com as páginas e grupos de discussão sobre feminismo que se tem um panorama geral dos discursos entrelaçados no contexto do movimento. O conflito do sujeito-substância é aparente e inclusive resulta em *fan pages* próprias para reivindicar um lugar de fala que contempla apenas aquela “mulher” considerada uma das dualidades do par binário da sexualidade. Nesse sentido, como já foi visto, o sujeito enunciador nesses tipos de publicação seria aquela que é na medida em que não é o outro gênero. Seria, então, mulher por não ser homem. Sua unidade exige uma heterossexualidade estável e oposicional e sua possibilidade de gênero apenas se configura em relação ao masculino. O feminino, esse “Outro” abstrato não é vislumbrado nessa perspectiva. Há uma ilusão do feminino, uma alegoria repetida a qual só existe pela subjunção ao que se tem como masculino, que não alcança o que se necessita para uma verdadeira problematização do gênero.

No discurso das redes digitais, tem-se chamado essas feministas de “feministas radicais”, proveniente do termo em inglês “*rad fem*” - apesar de sua radicalidade só poder ser atribuída à agressividade do discurso, pois este segmento não pode ser considerado radical no sentido de transformação se perpetua a matriz heterossexual a qual se critica neste texto. A essa vertente do feminismo brasileiro tem se atribuído uma perspectiva materialista histórica, na qual se considera as práticas, a instituição e o status construídos da linguagem como “bases materiais” da opressão da mulher. Nessa linha discursiva, por exemplo, há fortes críticas das mulheres cis às mulheres transexuais, por presumirem que estas, por serem dotados de uma aparato biológico denominado como masculino, não podem se colocar no lugar de fala da mulher. Em um evento promovido pela Marcha das Vadias do Rio de Janeiro para debater o turismo sexual e a regularização da prostituição, as participantes mulheres transexuais foram acusadas de serem homens fetichistas que não deveriam estar em um lugar de fala que busca problematizar a mercantilização do corpo da mulher.



Figura 1: Resposta de uma feminista que apoia a presença das mulheres transexuais no debate do feminismo à interpelação de uma feminista radical. A postagem foi feita na página do evento sobre turismo sexual citada acima. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1789641187922520/?active_tab=posts Acesso em: 27/06/2016.

Percebe-se que os entraves concernentes ao feminismo são linguísticos e estruturais. Estes só poderão ser superados quando houver a consciência crítica das práticas reguladoras da coerência do gênero. Segundo Butler, assimilar isso é notar que o gênero é um efeito substantivo e performativamente produzido. O que é tido como identidade, na verdade é efeito – um esforço para restringir a produção de identidades e representações em conformidade com o eixo da matriz heterossexual. Se sexualidade e poder são coextensivos, o sujeito estável e substancial defendido pelas feministas radicais não tem possibilidade de existir e de ser verossímil, pois este sujeito não pode ter acesso a uma sexualidade que esteja em algum sentido “fora”, “antes” ou “depois” do próprio poder e das estruturas que o compõem para sua realização e efetividade.



Figura 2: Postagem da *fan page* “Feminismo Radical Didático” na qual as enunciatóricas criticam o machismo e o lugar de fala do que elas consideram ser uma mulher transexual, recorrendo ao determinismo biológico. Após verificação do perfil a que foi respondida a crítica, viu-se que Hugo Nasck considera-se ser de um gênero neutro. Disponível em: <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/posts/1715402652057352> Acesso em: 27/06/2016.

Neste exemplo, não é à toa que as feministas radicais recorram ao argumento da pessoa que escreveu o *tweet* ter pênis, e também não é à toa que a pessoa dê palpite sobre como deve se

portar o corpo da mulher. Como evidencia Foucault, “o que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância o corpo. Todo poder é físico, e há entre o corpo e o poder político uma ligação direta” (2006; p. 18).

É o que também sugere Simone de Beauvoir ao reconhecer a que os corpos e suas sexualidades são submetidos:

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhe confere. (2009; p. 78)

Qual seria a saída, então, se somos sujeitos inseridos nessas mesmas estruturas que nos regulam? É improvável operarmos fora dessa matriz de poder, mas, como sugere Butler, é possível e pertinente que se opere criticamente nas relações de dominação provocando um deslocamento da lei. Há que se valorizar e se reconhecer que tudo o que desafia o gênero como substância nuclear e monolítica é uma forma de intervenção, denúncia e deslocamento das reificações criadas pela dualidade macho x fêmea. Para o feminismo, é preciso encarar o fato de que “mulher” é um devir, uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos. Por isso, é preciso desconstruir a aparência substantiva do gênero e tudo o que causa estranhamento ao sujeito deve servir como reflexão crítica a fim de identificar em qual matriz se insere o posicionamento do sujeito.

O desejo masculino, regulador da ordem social e moral, não pode continuar dominando o discurso feminista por meios de um determinismo que enclausura, em que tudo o que fuja à lógica binária seja estigmatizado como anormalidade. Retomando a frase “A revolução será feminista ou não será.”, apresentada como texto de entrada a quem acessa a *fan page* “Feministas Revolucionárias”, e que inaugurou este trabalho, pode-se adicionar um complemento crítico a fim de contribuir para a luta feminista. A revolução será feminista se subverter a “mulher”, ou não será.

Notas

I. A “curtida” ou *like* é a opção dada pelo *Facebook* para que os usuários possam acompanhar o *feed* da página. Ao curtir uma página, a usuária recebe as postagens da *fan page* na sua própria *timeline*.

II. Segundo pesquisas, oito em cada dez brasileiros utilizam a rede digital. Fonte: *Techtudo*. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/01/facebook-revela-dados-do-brasil-na-cpbr9-e-whatsapp-vira-zapzap.html>

III. A deputada federal, acompanhada de outras mulheres parlamentares, ocupou a mesa do plenário a fim de suspender uma sessão que iria votar a criação de comissões da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescentes, da Juventude e Minorias. Erundina, em ato simbólico, sentou na cadeira do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, impedindo-o de continuar a sessão que não teria consultado a bancada feminina para resolver as questões ligadas diretamente aos direitos da mulher. Fonte: <http://www.revistaforum.com.br/2016/04/27/em-ato-de-insurgencia-a-cunha-erundina-senta-na-cadeira-da-presidencia-da-camara/> Acesso em: 27/06/2016.

IV. Algumas das páginas analisadas neste trabalho podem ter sido apagadas ou terem seus nomes alterados desde a data de acesso. Isso acontece devido ao caráter emergente da rede. Algumas podem surgir, cumprir seu objetivo e serem apagadas ou abandonadas, outras podem se aglomerar de outra forma, e há ainda àquelas que permanecem por mais tempo. Os estudos sobre complexidade podem auxiliar a compreensão da emergência em rede.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo I*. Revisão de Carlos Pinheiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar e revisão de Joel Birman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____, Michel. *História da sexualidade I*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Record, 2014.

LEMOS, André. *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, José Luiz Aidar. Regimes cognitivos e estéticos da era comunicacional: da invisibilidade de práticas à sociologia das ausências. In: MARKETING, Escola Superior de Propaganda e. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo: Espm, 2006. p. 11-32.

RAGO, Margareth. *O feminismo acolhe Foucault*. 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>. Acesso em: 1 set. 2015.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro.

Homepages

BUTLER, Judith. *Judith Butler – 1/7 - “Why Bodies Matter” – Gender Trouble...* 2015.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rD6vifFTDLY>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

FEMINISTAS, Blogueiras. *Blogueiras Feministas*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/blogueirasfeministas/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

FEMINISTA, Negra. *A Mulher Negra e o Feminismo*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/Negra.Feminista/?fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

FEMINISTA, Ventre. *Ventre Feminista*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ventrefeminista/?fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

JANEIRO, Marcha das Vadias Rio de; OLIMPÍADAS, Comitê Popular Rio Copa e.

Turismo sexual e Olimpíadas: quebrando tabus. Disponível em:

<https://www.facebook.com/events/1789641187922520/?active_tab=posts>.

Acesso em: 27 jun. 2016

KAHLO, Não Me. *Não Me Kahlo*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NEGRAS, Blogueiras. *Blogueiras Negras*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/?fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PERIFERIA, Nós Mulheres da. *Nós, mulheres da periferia*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/nosmulheresdapериферия/?fref=ts>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

TRANSFEMINISMO. *Transfeminismo*. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/Transfem/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

WILLYS, Jean. *Lei Gabriela Leite*. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>.

Acesso em: 27 jun. 2016.